

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.590.776 - RS (2019/0288121-0)

RELATORA : **MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADO : NELSON WILIANS FRATONI RODRIGUES E OUTRO(S) -
RS080025A
AGRAVADO : JULIANO FRIZZO
ADVOGADO : MARCUS VINÍCIUS BATTISTELLO - RS070660
INTERES. : ESTOFADOS MENFIS LTDA.

DECISÃO

Trata-se de agravo contra decisão que não admitiu recurso especial interposto em face de acórdão assim ementado:

APELAÇÃO CÍVEL. DIREITO PRIVADO NÃO ESPECIFICADO. AÇÃO DECLARATÓRIA DE INEXISTÊNCIA DE DÉBITO CUMULADA COM PEDIDO DE INDENIZAÇÃO POR DANOS MORAIS.

1. Banco réu que recebeu as duplicatas por endosso translativo, assumindo, assim, a responsabilidade pelo protesto indevido. Inexistindo relação negocial entre o autor e a empresa emitente dos títulos, responde a instituição financeira por tê-los levado a protesto, sem verificar sua origem e regularidade. Legitimidade passiva inafastável.

2. Dano moral decorrente de protesto indevido de títulos, com condenação do banco ao pagamento de indenização. Valor arbitrado adequado às especificidades do caso concreto. Sentença confirmada. Sucumbência recursal fixada.

RECURSO DESPROVIDO.

A decisão agravada negou seguimento ao recurso especial em razão da aplicação da sistemática dos recursos repetitivos quanto à legitimidade passiva, bem como pela incidência dos óbices descritos nas Súmulas n. 7 e 83/STJ.

Ocorre que o agravante não rebateu os fundamentos então adotados.

Esclareça-se que, em respeito ao princípio da dialeticidade, os recursos devem ser bem fundamentados, sendo necessária a impugnação específica a todos os pontos analisados na decisão recorrida, sob pena de não conhecimento, por ausência de cumprimento do requisito exigido no art. 932, III, do Código de Processo Civil/2015.

Superior Tribunal de Justiça

Assim, sem a impugnação específica e suficiente para infirmar o fundamento da decisão agravada,

Em face do exposto, nos termos do art. 34, XVIII, "a", do Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, não conheço do agravo.

Nos termos do art. 85, § 11, do CPC/15, majoro em 10% (dez por cento) a quantia já arbitrada a título de honorários em favor da parte recorrida, observados os limites estabelecidos nos §§ 2º e 3º do mesmo artigo e os benefícios da gratuidade judiciária.

Intimem-se.

Brasília (DF), 25 de novembro de 2019.

MINISTRA MARIA ISABEL GALLOTTI
Relatora